

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Justiça do Trabalho



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Justiça do Trabalho

EXERCÍCIO 2011

ANO BASE 2010

**Brasília
2010**

ÍNDICE

Apresentação	4
Sumário Executivo	5
Avaliação dos Programas	7
Prestação Jurisdicional Trabalhista	8

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2010, do total previsto para o(a) Justiça do Trabalho (JT), foram utilizados **R\$ 11.685.138.151,02** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 12.115.506.797,00	Empenho Liquidado:	R\$ 11.685.138.151,02
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 11.685.138.151,02
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

Além disso, do total de **R\$ 301.229.761,09** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2009, foram executados **R\$ 222.994.299,23**, ou seja, **74,03 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) **Justiça do Trabalho (JT)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2010		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista	9.534.187.151,00	9.146.302.451,12	95,93
Total Finalístico		9.534.187.151,00	9.146.302.451,12	95,93
Total Geral		9.534.187.151,00	9.146.302.451,12	95,93

* Valores Executados (liquidado) em 2010. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

Principais Resultados

A Justiça do Trabalho (órgão 15000) tem buscado aperfeiçoar a efetividade e a celeridade da prestação jurisdicional oferecida à sociedade estabelecendo como ações prioritárias na alocação dos recursos orçamentários a ela consignados: o desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas de tecnologia da informação; a instalação ou modernização da infraestrutura; a capacitação de magistrados e servidores; a elaboração e implementação de planejamento estratégico e a garantia de atendimento ao jurisdicionado.

No que se refere à tecnologia da informação, merecem destaque: a implementação de sistema de processo judicial eletrônico a ser utilizado em todos os procedimentos judiciais da Justiça do Trabalho; a definição do processo de gestão de projetos nacionais de Tecnologia da Informação objetivando organizar, controlar e monitorar os projetos em curso; a implementação de sistema de elaboração de acórdãos, sentenças e despachos como instrumento de apoio a elaboração e publicação de decisões, gerenciamento de gabinetes, automatização das salas de julgamento, em todos os graus de jurisdição. Essas ações têm possibilitado maior economia e racionalidade na aplicação de recursos, agilização de

Relatório Anual de Avaliação

procedimentos e aprimoramento do acesso à Justiça.

A modernização das instalações físicas assegura a infraestrutura apropriada ao desempenho das atividades institucionais e busca atingir maior eficiência operacional, na medida em que disponibiliza melhores e mais confortáveis instalações, considerando os normativos que regem a adaptação aos portadores de necessidades especiais (PNE), e melhor qualidade de atendimento à população, aos operadores do direito e aos servidores e magistrados.

A capacitação de magistrados e servidores desenvolve conhecimentos, habilidades e estímulo comportamental adequado, promovendo o desenvolvimento de competências e possibilitando importantes melhorias no desempenho das atividades jurisdicionais.

Diante da nova realidade que enseja o fiel cumprimento das metas e objetivos estabelecidos pelo Poder Judiciário para assegurar a garantia de maior acesso à prestação jurisdicional trabalhista a todos os brasileiros, o investimento em planejamento estratégico mostra-se imprescindível para se alcançar a celeridade e a efetividade desejadas.

Quanto à garantia de atendimento à totalidade do público-alvo, o aporte de recursos para intensificar a atuação das varas itinerantes e a utilização da ação “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes”, permitem, reciprocamente, disponibilizar o atendimento especializado desta Justiça do Trabalho aos jurisdicionados residentes em lugares distantes e de difícil acesso, bem como viabilizar a garantia de prestação jurisdicional trabalhista aos cidadãos hipossuficientes. O investimento nesse conjunto de medidas, dentre outras, tem propiciado à Justiça do Trabalho aumentar o número de processos julgados, a exemplo do TST, que vem diminuindo sistematicamente o estoque residual dos processos de sua responsabilidade nos últimos anos. A simples comparação dos indicadores apurados em 2010 com aqueles dos exercícios anteriores comprova que a Justiça do Trabalho, via de regra, tem alcançado as metas propostas no início do plano, sendo que, em alguns casos, os valores apurados em 2010 já ultrapassaram os valores projetados para o final do PPA 2008-2011, como ocorreu, por exemplo, com o indicador “taxa de solução de processos”. Esse cenário permite afirmar com grande possibilidade de acerto que, apesar dos grandes desafios a enfrentar, a meta estabelecida para o objetivo estratégico da Justiça do Trabalho terá sido superada ao final do plano.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Relatório Anual de Avaliação

Prestação Jurisdicional Trabalhista

GERENTE DO PROGRAMA

Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho

OBJETIVO

Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como dirimir conflitos das relações trabalhistas

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$9.534.187.151,0	Empenhado Liquidado: R\$9.146.302.451,12 Pago Estatais: - Total: R\$9.146.302.451,12
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém - PA - 1169 (Edifício ampliado/% de execução física)	5,00	0,00	0,00	1.408.000,00	8.300,00	0,59
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - 4256 (PROCESSO JULGADO/UNIDADE)	3.067.442,00	2.936.556,00	95,73	7.554.766.355,00	7.396.894.495,12	97,91
Aquisição de Imóvel para Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Aracati - CE - 7P64 (IMÓVEL ADQUIRIDO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00
Aquisição do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Xinguara - PA - 7P54 (Edifício adquirido/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	100.000,00	100.000,00	100,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - 4224 (PESSOA ASSISTIDA/UNIDADE)	36.891,00	36.364,00	98,57	26.668.311,00	26.044.327,49	97,66

Ano Base 2010

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	127.157,00	116.543,25	91,65	146.181.469,00	139.326.751,96	95,31
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	7.341,00	7.265,00	98,96	27.734.491,00	27.363.838,67	98,66
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	39.550,00	39.283,00	99,32	278.042.255,00	277.362.517,82	99,76
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	4.045,00	3.693,50	91,31	6.064.095,00	5.868.173,62	96,77
Capacitação de Recursos Humanos - 4091 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	34.834,00	46.643,00	133,90	17.228.521,00	14.024.860,36	81,40
Construção de Edifício de Apoio ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Porto Alegre - RS - 1B32 (Edifício construído/% de execução física)	15,00	2,63	17,53	4.000.000,00	694.554,61	17,36
Construção de Edifício Destinado ao Depósito Judicial da Cidade de Goianinha - RN - 1M42 (Edifício construído/% de execução física)	71,00	61,98	87,30	177.033,00	145.658,66	82,28
Construção de Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Olinda - PE - 1311 (Edifício construído/% de execução)	100,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00	0,00
Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife - PE - 11A7 (Edifício construído/% de execução física)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Construção de Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA - 11HA (Fórum Construído/% de execução física)	39,00	0,17	0,44	1.645.000,00	10.282,23	0,63
Construção de Fórum Trabalhista em Campos dos Goytacazes - RJ - 1A55 (Fórum Trabalhista construído/% de execução física)	5,00	0,00	0,00	420.000,00	0,00	0,00
Construção de Fórum Trabalhista em Coronel Fabriciano - MG - 11MT (Fórum Construído/% de execução física)	10,00	8,00	80,00	350.000,00	275.383,60	78,68

Relatório Anual de Avaliação

Construção de Fórum Trabalhista em João Pessoa - PB - 10WT (Edifício construído/% de execução física)	9,00	3,09	34,33	3.000.000,00	516.160,80	17,21
Construção de Fórum Trabalhista em Londrina - PR - 11EX (Fórum Construído/% de execução física)	23,00	0,00	0,00	2.650.000,00	0,00	0,00
Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - 1B39 (Complexo construído/% de execução física)	13,00	2,16	16,58	24.988.253,00	4.143.120,58	16,58
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Dianópolis-TO - 1M76 (Edifício construído/% de execução física)	58,00	0,00	0,00	471.901,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Ribeirão das Neves-MG - 1M98 (Edifício construído/% de execução física)	20,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Água Boa - MT - 1C41 (edifício construído/% de execução física)	100,00	50,00	50,00	600.000,00	284.434,14	47,41
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Maruim - SE - 7P55 (edifício construído/% de execução física)	100,00	0,00	0,00	910.000,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Mogi-Guaçu - SP - 11BH (Edifício construído/% de execução física)	40,00	23,60	59,00	700.000,00	689.541,72	98,51
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Pato Branco - PR - 1109 (Edifício construído/% de execução física)	72,00	0,00	0,00	930.400,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Presidente Dutra - MA - 111R (Edifício construído/% de execução física)	63,00	16,71	26,52	500.000,00	125.231,85	25,05
Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Rio Claro - SP - 11BO (Edifício construído/% de execução física)	40,00	0,00	0,00	700.000,00	81.879,00	11,70
Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguaína-TO - 1M72 (Edifício construído/% de execução física)	33,00	6,79	20,58	2.000.000,00	272.623,07	13,63

Ano Base 2010

Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Divinópolis-MG - 1M91 (Edifício construído/% de execução física)	20,00	4,00	20,00	500.000,00	84.286,20	16,86
Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Joinville - SC - 11ET (Edifício construído/% de execução física)	12,00	11,92	99,33	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00
Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió-AL - 1N02 (Edifício construído/% de execução física)	3,00	0,00	0,00	1.050.000,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus - AM - 10WS (edifício construído/% de execução física)	75,00	0,00	0,00	12.063.921,00	2.440.406,00	20,23
Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Paulista - PE - 1318 (edifício construído/% de execução)	49,00	0,00	0,00	1.340.000,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES - 1B51 (Edifício construído/% de execução física)	2,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina-PI - 11BC (Edifício construído/% de execução física)	4,00	0,00	0,00	1.500.000,00	112.400,00	7,49
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande - MS - 11EN (Edifício construído/% de execução física)	47,00	7,39	15,73	13.600.000,00	3.204.779,80	23,56
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA - 11EL (Edifício construído/% de execução física)	1,00	0,36	36,10	8.980.000,00	479.036,71	5,33
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	1.277.425.021,00	1.186.475.890,35	92,88

Relatório Anual de Avaliação

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações - 20AK (-/-)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo - 0C04 (-/-)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça - TV Justiça - 2058 (PROGRAMA VEICULADO/UNIDADE)	50,00	52,00	104,00	910.000,00	369.471,64	40,60
Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus) - 5093 (Sistema Implantado % de execução física)	9,00	3,59	39,91	55.029.396,00	21.962.558,03	39,91
Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho - 8134 (Vara mantida/UNIDADE)	151,00	145,00	96,03	1.241.100,00	931.021,07	75,02
Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus) - 2C73 (Sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	34.905.000,00	29.280.093,45	83,89
Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho - 1P66 (Instalação modernizada/% de execução física)	110,00	54,04	49,12	14.384.448,00	5.072.347,79	35,26
Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região - 127M (-/-)	0,00	0,00	-	5.337.181,00	658.024,78	12,33
Índice médio geral de realização			41,95			39,33

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Ações de Informática - 2003 (-/-)	-	-	-	27.460.006,17	24.091.846,92	0,88
(RAP 2009) Ampliação do Fórum Trabalhista de Boa Vista - RR - 1M87 (Edifício ampliado/% de execução física)	-	-	-	808.209,20	681.252,53	0,84

Ano Base 2010

(RAP 2009) Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - 4256 (PROCESSO JULGADO/UNIDADE)	-	-	-	97.098.930,17	85.744.266,67	0,88
(RAP 2009) Aquisição de Imóvel para Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São Bernardo do Campo - SP - 1H44 (Imóvel adquirido/UNIDADE)	-	-	-	12.302.775,26	12.302.775,26	1,00
(RAP 2009) Aquisição do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Florianópolis-SC - 1M84 (Edifício adquirido/UNIDADE)	-	-	-	14.000.000,00	14.000.000,00	1,00
(RAP 2009) Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - 4224 (PESSOA ASSISTIDA/UNIDADE)	-	-	-	7.484.372,52	7.461.031,66	1,00
(RAP 2009) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	5.402.498,72	4.734.729,88	0,88
(RAP 2009) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	-	-	-	377.091,29	105.099,09	0,28
(RAP 2009) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	749.794,05	167.723,38	0,22
(RAP 2009) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	277.883,78	15.683,17	0,06
(RAP 2009) Capacitação de Recursos Humanos - 4091 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	2.444.681,35	2.010.761,98	0,82
(RAP 2009) Construção de Edifício de Apoio ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Porto Alegre - RS - 1B32 (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	1.547.787,00	1.547.787,00	1,00

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Construção de edifício destinado ao depósito Judicial da cidade de Goianinha/RN - 1M42 (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	72.967,00	72.386,85	0,99
(RAP 2009) Construção de Edifício Destinado ao Depósito Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - 7N58 (edifício construído/% de execução física)	-	-	-	799.350,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Construção de Edifício Destinado ao Depósito Judicial na cidade de Caicó/RN - 1M56 (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	233.681,28	224.741,38	0,96
(RAP 2009) Construção de Edifício Destinado ao Depósito Judicial Trabalhista em Araguaína-TO - 119C (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	315.000,00	114.103,90	0,36
(RAP 2009) Construção de Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista no município de Ji-Paraná - RO - 118X (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	264.536,34	264.536,34	1,00
(RAP 2009) Construção de Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Passos-MG - 1M96 (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	396.000,00	396.000,00	1,00
(RAP 2009) Construção de Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA - 11HA (Fórum Construído/% de execução física)	-	-	-	178.197,50	178.197,50	1,00
(RAP 2009) Construção de Fórum Trabalhista em Campos dos Goytacazes - RJ - 1A55 (Fórum Trabalhista construído/% de execução física)	-	-	-	164.765,88	24.714,87	0,15
(RAP 2009) Construção de Fórum Trabalhista em Jacobina - BA - 1M44 (Fórum Construído/% de execução física)	-	-	-	135,03	0,00	0,00

(RAP 2009) Construção de Fórum Trabalhista em João Pessoa - PB - 10WT (Fórum Construído/% de execução física)	-	-	-	1.351.912,79	1.351.912,79	1,00
(RAP 2009) Construção de Fórum Trabalhista em Teixeira de Freitas - BA - 1M47 (Fórum Construído/% de execução física)	-	-	-	30.288,76	0,00	0,00
(RAP 2009) Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - 1B39 (Obra executada/% de execução física)	-	-	-	10.284.588,00	10.284.588,00	1,00
(RAP 2009) Construção do Edifício-Anexo da Justiça do Trabalho da 20ª Região em Aracaju - SE - 119H (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	174.163,05	174.163,05	1,00
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Caratinga-MG - 1M89 (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	19.425,50	19.425,50	1,00
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Diamantino - MT - 1N19 (edifício construído/% de execução física)	-	-	-	93.212,66	93.211,66	1,00
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Dianópolis-TO - 1M76 (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	380.000,00	168.046,97	0,44
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Mogi-Guaçu - SP - 11BH (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	1.029.001,00	1.029.001,00	1,00
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Pato Branco - PR - 1I09 (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	1.494.981,88	634.335,54	0,42
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Presidente Dutra - MA - 11IR (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	264.200,00	264.200,00	1,00

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguaína-TO - 1M72 (edifício construído/% de execução física)	-	-	-	900.000,00	891.478,08	0,99
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió-AL - 1N02 (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	700.000,00	98.803,40	0,14
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES - 1B51 (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	7.427.980,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina-PI - 11BC (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	2.411.105,00	1.814.977,60	0,75
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande - MS - 11EN (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	9.184.702,78	9.157.572,78	1,00
(RAP 2009) Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA - 11EL (edifício construído/% de execução física)	-	-	-	25.703.610,50	2.840.853,03	0,11
(RAP 2009) Construção do Fórum Trabalhista de Ariquemes - RO - 118Z (Edifício construído/% de execução física)	-	-	-	264.578,81	264.578,81	1,00
(RAP 2009) Construção do Fórum Trabalhista em Pelotas - RS - 11CR (-/-)	-	-	-	590.097,65	540.826,86	0,92
(RAP 2009) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	-	-	-	17.634.816,32	331.614,09	0,02
(RAP 2009) Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça - TV Justiça - 2058 (PROGRAMA VEICULADO/hora)	-	-	-	39.540,00	39.540,00	1,00

(RAP 2009) Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus) - 5093 (Sistema Implantado /% de execução física)	-	-	-	27.046.880,31	22.830.390,49	0,84
(RAP 2009) Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho - 8134 (Vara mantida/UNIDADE)	-	-	-	361.170,19	341.224,83	0,94
(RAP 2009) Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus) - 2C73 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	7.874.890,16	4.587.033,30	0,58
(RAP 2009) Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho - 1P66 (Instalação modernizada/UNIDADE)	-	-	-	8.330.551,91	7.647.889,62	0,92
Índice médio geral de realização	-	-	-			0,70

CONTEXTUALIZAÇÃO

O considerável crescimento da demanda processual trabalhista, que autuou mais de 20 milhões de processos na última década, impõe à Justiça do Trabalho um intenso esforço no sentido de racionalizar, dar celeridade e efetividade à tramitação e julgamento das causas trabalhistas. Para tanto, torna-se imprescindível dotar o órgão de ações que possibilitem: Modernizar o seu parque de informática, buscando-se a criação de um sistema integrado de gestão da informação jurisdicional em todo país e, até mesmo, a virtualização processual no sentido de dar mais celeridade aos seus julgamentos; Implantar varas em municípios pólos de desenvolvimento que apresentam demanda trabalhista crescente bem como interiorizar suas ações, permitindo o acesso dos jurisdicionados nos mais distantes pontos do território nacional. Modernizar e ampliar a estrutura física, mediante reforma e construção de novas sedes trabalhistas;

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - A capacitação profissional do capital humano existente na Justiça do Trabalho em 2010 propiciou a efetivação em ações de treinamento de cerca de 46.643 servidores, representando um acréscimo percentual de 33,90% frente ao inicialmente previsto (34.834 servidores).

Relatório Anual de Avaliação

2 - A divulgação dos atos do Poder Judiciário, bem como de seus serviços essenciais, mediante a utilização do canal da TV Justiça possibilitou que se veiculassem programas televisivos de interesse da sociedade, abordando o direito dos trabalhadores e a atuação de seus órgãos judicantes, dentro dos recursos orçamentários disponibilizados.

3 - O total de julgamentos superou o volume de processos recebidos em 2010, contribuindo para a diminuição dos estoques existentes. A conciliação, como instrumento de resolução de conflitos mais céleres, propiciou a entrega da prestação jurisdicional trabalhista.

4 - A manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus), garantiu a continuidade das ações afetas aos diversos subsistemas já implementados na Justiça do Trabalho.

5 - Cumprimento das Metas de Nivelamento definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Número de Processos por Magistrado - UNIDADE	2.290,00	30/04/2007	2.239,00	04/2011	2.318,00	Média

Fonte: Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: A ampliação do número de Varas do Trabalho e o incremento nas itinerâncias no interior do país possibilitarão que se tenha um maior alcance nas ações desenvolvidas no âmbito da Justiça do Trabalho.

Justificativa:

Tempo Médio de Solução de Processos - dias	586,00	30/04/2007	734,00	04/2011	600,00	Média
--	--------	------------	--------	---------	--------	-------

Fonte: Boletim Estatístico da Vara do Trabalho - Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: A qualificação profissional, o aparelhamento da Justiça do Trabalho, conjuntamente com a consecução do processo eletrônico propiciarão efetiva redução no número de dias necessários à tramitação dos autos por todo o trâmite processual até a sua efetiva entrega ao jurisdicionado.

Justificativa:

Índice de Recorribilidade - porcentagem	50,72	30/04/2007	57,69	04/2011	55,50	Média
---	-------	------------	-------	---------	-------	-------

Fonte: Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: O índice de recorribilidade apurado em 2010 superou as metas estabelecidas para 2011 (55,50%), bem como para o exercício (54,26%). Tal situação demonstra a admissão de uma significativa entrada de recursos interpostos nas diversas instâncias trabalhistas, consoante os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como com as normas do Direito Processual pátrio. As medidas corretivas para o atingimento da meta passam obrigatoriamente por uma ampla reforma da atual legislação trabalhista pelo Congresso Nacional.

Justificativa:

Taxa de Solução de Processos - porcentagem	47,35	30/04/2007	54,23	04/2011	50,43	Alta
--	-------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho

Medidas corretivas necessárias: O índice de 2010 já suplantou a meta estabelecida para o exercício de 2011.

Justificativa:

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: A aferição do atingimento das ações voltadas ao público-alvo na Justiça do Trabalho contempla prioritariamente os processos trabalhistas em tramitação. Dessa forma, verificou-se que em 2010 foi previsto o julgamento de 3.067.442, sendo que destes foram julgados efetivamente 2.936.556 processos, representando uma execução física na ordem de 95,73% da meta inicial. Logo, considerando os parâmetros propostos, bem como a representatividade dos processos julgados enquanto principal parâmetro relativo à cobertura do público alvo, pode-se inferir que o público alvo teve a entrega da prestação jurisdicional trabalhista dentro do esperado em 2010.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: No rito de mediação dos conflitos trabalhistas não há um mecanismo que reflita o grau de satisfação do jurisdicionado. Um problema para a implementação desse mecanismo seria a definição dos aspectos a serem avaliados, considerando que uma das partes, ou ambas, podem não obter o retorno esperado da ação, sem necessariamente envolver a qualidade do serviço prestado. A solução passaria por uma definição clara dos aspectos a serem avaliados e a implementação de um sistema de captação do grau de satisfação do usuário.

Relatório Anual de Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

OUVIDORIA:

Diversas unidades utilizam este mecanismo, sendo considerado por todos um canal eficaz de comunicação entre o usuário e o Tribunal, em que são recebidos elogios, reclamações e questionamentos aos responsáveis para que se possam tomar as providências necessárias.

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Apenas algumas unidades tem utilizado este mecanismo, que propicia aos advogados e às demais partes efetivarem o registro de suas reclamações e sugestões quanto aos trabalhos desenvolvidos pela unidade e/ou usuário. Entretanto, tem-se verificado uma crescente adesão de outras unidades ao referido mecanismo com o passar do tempo.

CONSULTA PÚBLICA:

Somente uma unidade possui este mecanismo de participação social, disponibilizando, também, consulta ao seu acervo bibliográfico.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Poucas unidades desenvolvem reuniões com grupos de interesse, entendidos como tais, a OAB, os atores organizacionais internos, os sindicatos, o Ministério Público e as entidades de classe.

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Poucas unidades utilizam outros mecanismos além dos anteriormente citados. São elas as seguintes: TRT 2ª Região: Cursos e palestras gratuitas abertas ao público em geral; TRT 4ª Região: programas de rádio/televisão e página na Internet; TRT 5ª Região: Internet; TRT 11ª Região: 0800 alô TRT; e TRT 15ª Região: BANCO DE IDÉIAS: disponibilizado na Extranet somente ao público interno, visando a melhoria no atendimento aos jurisdicionados.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Muitas ações tem sido empreendidas pelas diversas unidades que compõem a Justiça do Trabalho, objetivando a participação e o conhecimento da Sociedade sobre os procedimentos e as rotinas atinentes às suas funções jurisdicionais, inclusive, muitas delas sendo capitaneadas em parte pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (no intuito de padronizar e adequar alguns dos mecanismos já citados entre as suas unidades), em parte pelo Conselho Nacional de Justiça (no sentido de editar regramentos gerais com alcance em todo o Poder Judiciário).